

Dívida Externa

A Inglaterra ainda não dá crédito oficial

14 JUL 1992

por Celso Pinto
de Londres

O fato de o Brasil ter completado acordos com o FMI, os credores oficiais no Clube de Paris e agora, em princípio, os bancos privados não será suficiente para reabrir os cofres dos créditos oficiais britânicos. O governo britânico, pelo que apurou este jornal, quer ver o Brasil cumprindo à risca esses acordos pelo menos seis meses antes de aprovar novas operações.

O total da dívida oficial acumulada pelo Brasil junto à ECGD, agência britânica de créditos oficiais, chega perto de 1 bilhão de libras esterlinas (US\$ 1,9 bilhão) e as operações com o Brasil estão virtualmente paradas desde a crise da dívida, em 1982, com exceção de pequenas operações, a última das quais no final de 1989.

Desde que o Brasil fechou um acordo com o Clube de Paris, em fevereiro, alguns governos europeus, como o francês, reabriram seus créditos oficiais. No caso da Grã-Bretanha, falta ainda completar a negociação bilateral que sucede o acordo global do Clube de Paris. A condicionante principal, contudo, não é esta e sim a necessidade de que "haja alguma confir-

mação de que os acordos serão honrados antes que se volte a oferecer cobertura de créditos", como disse uma fonte oficial qualificada do governo britânico.

Esse mesmo tipo de mensagem tem sido ouvido por membros do governo brasileiro em contato com a ECGD e com o Tesouro britânico. Não basta ter um acordo com o FMI: é preciso vê-lo de fato funcionando por um razoável período para se ter maior garantia de que a economia brasileira está na trilha correta. Esse período de "bom comportamento" deve ser de no mínimo seis meses, embora a fonte oficial tenha mencionado

(Continua na página 20)

Ninguém deveria pensar que o acordo fechado em princípio pelo Brasil e seus bancos credores signifique ter o País superado o problema de sua dívida externa. É grande o risco de que ele jamais seja completado. Mesmo que seja concluído, a inadimplência é possível, diz um editorial de ontem do Financial Times. O acordo não deve ser fechado a qualquer custo. Um acordo que fracasse no fim é pior do que não se chegar a acordo algum.

(Ver página 4)

GAZETA MERCANTIL